

Por dentro da ação política: uma proposta de investigação dos problemas internos da ação coletiva

Inside political action: a proposal for investigating the internal problems of collective action

*Victor Pimentel Ferreira¹ 

Resumo

O presente texto tem como objetivo elaborar uma agenda de pesquisa para analisar os problemas internos da ação coletiva com base nos aportes teóricos da sociologia pragmática. A partir de uma breve apresentação de tal corrente, argumento que a concentração sobre a dimensão da agência (humana e não humana), sobre os momentos críticos, sobre a dimensão valorativa da vida social e sobre o papel dos dispositivos nas relações sociais pode enriquecer teórica e metodologicamente pesquisas empíricas sobre ação coletiva orientadas pela bibliografia clássica das teorias dos movimentos sociais.

Palavras-chave: ação coletiva; sociologia pragmática; teorias dos movimentos sociais.

Abstract

This text aims to develop a research agenda to analyze the internal problems of collective action based on the theoretical contributions of French pragmatic sociology. Following a brief presentation of this approach, I argue that focusing on the dimension of agency (both human and non-human), critical moments, the value-driven dimension of social life, and the role of devices in social relations can theoretically and methodologically enrich empirical research on collective action, drawing on the classic bibliography of social movement theories.

Keywords: collective action; pragmatic sociology; social movements theories.

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5205-0240>.

1 Introdução²

No campo das Ciências Sociais, estudar ação coletiva significa, em geral, debruçar-se sobre uma tipologia diversificada de ações empreendidas por um ou mais grupos e com duração de tempo indeterminada – variando desde as mais “cristalizadas” e estáveis, como é o caso dos partidos (Secco, 2011), até aquelas mais “breves” e espontâneas, como protestos, manifestações e certos movimentos sociais (Pinheiro-Machado, 2019). Como será explicitado adiante, diversos autores se debruçam há praticamente um século sobre a análise das características e particularidades que atravessam essas formas variadas de ação coletiva, sobretudo no que diz respeito aos elementos externos que limitam, constroem ou possibilitam tais empreitadas. Dessa maneira, boa parte dos problemas apontados por essa literatura em relação à construção de ações coletivas se refere a fenômenos sociais e aspectos materiais que permanecem do lado de “fora” das dinâmicas internas que sustentam esse tipo de ação – como o Estado, as movimentações políticas institucionais, o desenvolvimento tecnológico, as relações com outros movimentos sociais, etc.

De fato, pensar em ação coletiva significa, muitas vezes, pensar em determinados “problemas externos” que contribuem para que certos atores sociais se engajem em sua elaboração. Isso pode ser encontrado na questão da violência urbana, em uma sequência de mortes por vazamentos de gás (Corrêa, 2009), no problema dos organismos geneticamente modificados (Stengers, 2015) ou nas crises econômicas das últimas décadas (Harvey *et al.*, 2012). Ou seja, alguns acontecimentos são entendidos por um determinado número de indivíduos como *desajustes* em relação à rotina normal de suas vidas cotidianas e, por meio dessa configuração, passam a ser identificados como *problemas* que incitam o engajamento coletivo em torno de uma *causa*, cuja natureza, a partir de então, se relaciona mais ou menos estreitamente com o problema apontado.

Contudo, não é difícil pensar que esses atores sociais que decidiram construir uma ação coletiva também começam a se deparar com determinadas dificuldades que não existiam no momento anterior – isto é, antes da decisão de se engajar em uma empreitada coletiva. Esse tipo de impasse não necessariamente guarda relações com o problema “externo” que suscitou o desenvolvimento da ação. Um exemplo básico: um coletivo contrário à exploração de recursos naturais e à ameaça climática pode sofrer com impasses relativos à conciliação de horários dos militantes para a efetivação de reuniões regulares ou com o problema de encontrar um espaço de reunião acessível para a maior parte de seus membros, dificuldade essa que não trava nenhum tipo de contato com o problema que levou essas pessoas a se unirem em uma organização política. Para além dessa questão logística, as próprias discordâncias internas em relação a posicionamentos e delegação de tarefas por parte dos membros não costumam impactar imediatamente o “problema externo” que suscitou a ação coletiva, mas sim as atividades cotidianas do grupo em questão. Se isso é verdade, então podemos considerar que existe uma série de impasses que só aparecem a partir do momento em que uma ação coletiva se estabelece – ou seja, são problemas “de dentro” da ação coletiva, que dizem respeito à sua dinâmica interna³.

² Agradeço os comentários e críticas dos pareceristas anônimos, que colaboraram em larga medida para o refinamento desse texto. Reforço, contudo, que as eventuais inconsistências dos argumentos aqui apresentados são de inteira responsabilidade minha.

³ Agradeço aos colegas do Círculo de Estudos da Ideia e da Ideologia (CEII) e do Instituto de Outros Estudos (IOE), organizações das quais participei nos últimos anos, que me levaram não só a pensar

Por meio de uma discussão exclusivamente teórica, o presente texto busca sugerir um caminho de pesquisa que tome esse tipo de problema como objeto da investigação. Evidentemente, essa não é uma proposta inovadora. Como mostrarei, as próprias teorias mais clássicas do campo, como a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR), a Teoria do Processo Político (TPP) e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), já tocam, cada uma à sua maneira, na questão dos problemas internos da ação coletiva. Mais recentemente, trabalhos como os de Polletta (2002, 2006, 2020) e Ghaziani e Kretschmer (2018) se concentram em jogar luz sobre tópicos fundamentais concernentes ao “lado de dentro” da ação coletiva, tais como a criação de vínculos de solidariedade e o desenvolvimento de conflitos entre os membros. Além disso, outros pesquisadores de ação coletiva também têm se dedicado, assim como esse texto, à aproximação entre as correntes sociológicas mais clássicas do campo e abordagens pragmáticas / pragmatistas, sejam aquelas mais relacionadas ao pragmatismo filosófico norte-americano⁴ (Fernandes, 2023) ou à sociologia pragmática (Andion *et al.*, 2017; Castro, 2024).

Na esteira de tais pesquisas, enfatizo a importância da dimensão interna da ação coletiva para o estudo sociológico de movimentos sociais, partidos políticos, organizações da sociedade civil, etc. e destaco a sociologia pragmática como *uma das possíveis* correntes teóricas orientadoras de pesquisas empíricas que se dediquem a esse tema. O reforço da proficiência analítica dessa abordagem se deve à sua concentração sobre: (a) a dimensão da agência (humana e não humana); (b) os momentos críticos presentes na vida social cotidiana; (c) a dimensão valorativa da realidade social; e (d) o papel dos dispositivos nas relações sociais. Acredito que tais aspectos, embora longe de abrangerem todas as características da sociologia pragmática⁵, apontam para caminhos profícuos de análise do tema da ação coletiva, sobretudo se integrados às abordagens clássicas sobre movimentos sociais, como mostrarei adiante.

Nesse texto, metodologicamente, realizo uma revisão de literatura não sistemática a respeito de algumas teorias clássicas da ação coletiva, como a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR), a Teoria do Processo Político (TPP) e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), apresentando sucintamente alguns de seus trabalhos originários, e exponho fundamentos centrais da sociologia pragmática. Dessa maneira, espero que tal discussão conceitual possa servir como um arcabouço consistente para todos aqueles interessados na investigação das dificuldades imanentes às tentativas de coordenação das ações humanas.

sobre tais questões (e descobrir aí um novo interesse de pesquisa), como também a tentar lidar com elas na prática, na medida em que nossos poucos recursos de tempo e dinheiro nos colocavam desafios significativos para a sustentação das atividades de tais projetos coletivos.

⁴ Silva, Cotanda e Pereira (2017) destacam as influências do pragmatismo norte-americano sobre o desenvolvimento do conceito goffmaniano de “enquadramentos/molduras interpretativas”, que, segundo os autores, apresenta um grande potencial analítico para a investigação dos processos por meio dos quais movimentos sociais são formados e mantidos ao longo do tempo. Para uma outra reflexão sobre as relações entre o pragmatismo filosófico e abordagens sociológicas interacionistas, cf. Shalin (1986, 1991).

⁵ Para um debate mais aprofundado e detalhado sobre tal corrente, cf. Lemieux (2018).

2 As Teorias Clássicas da Ação Coletiva

2.1 A Teoria da Mobilização de Recursos (TMR)

Na primeira metade do século XX, as ações coletivas foram caracterizadas, não raras vezes, como “respostas cegas e irracionais de indivíduos desorientados pelo processo de mudança que a sociedade industrial gerava” (Gohn, 2014, p. 24). As teorias que sustentavam tal argumentação tinham como orientação básica as perspectivas comportamentalistas e algumas reflexões incipientes do campo da psicologia social⁶. Dessa maneira, os movimentos grupais, independentemente de suas características particulares, apareciam como “movimentos fora das instituições normais da sociedade” (Tarrow, 2009, p. 31), uma vez que representavam as “reações psicológicas dos indivíduos diante das mudanças, reação considerada como comportamento não racional” (Gohn, 2014, p. 24).

Nesse sentido, os estudiosos que se debruçavam sobre a análise das manifestações coletivas partilhavam implicitamente da ideia de que o tecido social correspondia a uma “ordem social estática, que necessita ser controlada” (Gohn, 2014, p. 40). Assim, “a ideia da anomia social estava sempre muito presente” (Gohn, 2014 p. 24) e os movimentos sociais, por sua vez, representavam não só “um objeto estranho, exterior, aos sujeitos históricos” (Gohn, 2014, p. 40), como também elementos potencialmente desagregadores da realidade social.

O cenário dos estudos sobre a ação coletiva começa a mudar gradativamente a partir dos trabalhos de Neil Smelser⁷ (1995, p. 23), que explicita que “as características que definem o comportamento coletivo não são psicológicas”, indicando que a sua definição é *social*. Contudo, em Smelser, as manifestações coletivas ainda emergem como comportamentos não convencionais que “diferem dos comportamentos rotineiros” (Gohn, 2014, p. 45) – isto é, como ações que ocorriam “fora das rotinas da vida diária” (Tarrow, 2009, p. 32). Além disso, essa teoria, ainda inspirada fortemente por estudos da psicologia, relacionava estreitamente os movimentos sociais com certas “conturbações” na ordem política e econômica, de tal modo que os primeiros representariam “respostas cognitivas inadequadas para as tensões estruturais que emergiam da modernização” (Gohn, 2014, p. 45). Dessa maneira, a ação coletiva seria um elemento indicativo da existência de certas “disfunções societárias” (Tarrow, 2009, p. 32), elevando a questão da “privação individual” para o centro desse tipo de abordagem.

Na década de 1970, em contrapartida à perspectiva de Smelser, ganha proeminência na análise dos movimentos sociais a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR). Afastando-se da perspectiva orientada pela psicologia social e pelos estudos comportamentalistas, tal corrente teórica “examina a variedade dos recursos que devem ser mobilizados, as conexões dos movimentos sociais com outros grupos, a dependência dos movimentos em relação a suportes externos

⁶ Para a explicitação de análises psicossociais a respeito dos fenômenos de massa, cf. Freud (2010, 2011).

⁷ É importante ressaltar que uma visada histórica sobre o campo de estudos da ação coletiva indica a existência de múltiplas abordagens teóricas que, devido ao escopo desse artigo, não serão aqui exploradas. Contudo, para uma aproximação dessa diversidade de teorias, cf. Gohn (2014) e Alonso (2009). Além disso, para uma boa síntese das principais características das abordagens de ação coletiva, cf. Andion *et al.* (2017, p. 374).

para obter êxito” (McCarthy; Zald, 1977, p. 1213)⁸ e as condições necessárias para que as organizações consigam “promover interesses comuns de grupos de indivíduos” (Olson, 2015, p. 19).

Dessa maneira, a TMR representa um marco relevante nos estudos sobre a ação coletiva devido ao fato de que seus expoentes, inspirados pelas abordagens da microeconomia, passam a caracterizar as manifestações de grupo não mais como operações irracionais ou atividades integralmente impulsionadas por elementos afetivos e cognitivos, mas sim como ações *racionais* conformadas por cálculos objetivos empreendidos pelos atores sociais em torno dos benefícios e custos relacionados ao engajamento coletivo. Nesse sentido, essa movimentação teórica contribui para o estabelecimento de uma espécie de “dignidade epistemológica” da ação coletiva como objeto de pesquisa, uma vez que as manifestações coletivas são agora integradas no quadro de operações práticas rotineiras mobilizadas pelos atores sociais em suas vidas cotidianas.

Por essas razões, a TMR desenvolve questionamentos a respeito da “conexão estreita entre descontentamento preexistente e crenças generalizadas no crescimento do fenômeno do movimento social” (McCarthy; Zald, 1977, p. 1214). Segundo os autores, o descontentamento não é um “recurso escasso” na vida social – muito pelo contrário: em geral, o que falta para a emergência e estabilização de movimentos sociais é o acesso a elementos organizadores e recursos como tempo e dinheiro. Além disso, eles também reconhecem que “reivindicações e descontentamento podem ser definidos, criados e manipulados pela iniciativa de empresários e organizações” (McCarthy; Zald, 1977, p. 1215).

Assim, se as primeiras teorias dos movimentos sociais partiram de perguntas a respeito das motivações que informam a eclosão de fenômenos coletivos (do seu *porquê*), a TMR se aproxima dos meios pelos quais os atores podem formar ações coletivas – ou seja, “do seu *como*” (Tarrow, 2009, p. 34, grifos meus). Portanto, em que pese o caráter fortemente racionalista das elaborações de seus autores, influenciados pela emergência à época da Teoria da Escolha Racional (Baert; Silva, 2023, p. 175-215), esse tipo de abordagem abre vias importantes para a reflexão a respeito de alguns problemas internos da ação coletiva, como a questão do engajamento e os recursos necessários (principalmente aqueles de caráter econômico) para a manutenção de organizações de diferentes tipos.

Próximo às discussões levadas a cabo pela TMR, o economista e cientista social Mancur Olson (2015, p. 19) desenvolve a ideia segundo a qual a ação coletiva só faz sentido caso a ação individual não possa “servir aos interesses do indivíduo tão bem ou melhor do que uma organização”. Ou seja, *quanto maiores* forem as dificuldades para que o indivíduo consiga atingir seus interesses agindo *sozinho*, de modo isolado, *mais significativa* é a força de atração exercida pela ação coletiva. Essa constituiu uma das principais questões do trabalho de Olson, sobretudo a partir da formulação do “problema do carona”, expressão desenvolvida para refletir sobre as assimetrias das contribuições individuais dos membros de um determinado grupo a causas coletivas. Mobilizando o modelo do *homo economicus* – isto é, do ator racional que busca a todo momento maximizar os benefícios e diminuir os custos das suas ações –, Olson argumenta que, do ponto de vista desse ator social, faz mais sentido

⁸ Os trechos dos textos em língua estrangeira citados ao longo do trabalho foram traduzidos de forma livre por mim.

se beneficiar das atividades do grupo sem contribuir individualmente para as suas causas coletivas. Ou seja, se é possível desfrutar dos bens coletivos sem esforços, “pegando uma carona” nos esforços de outros membros do grupo, então o ator racional tenderá a escolher essa opção.

Como explicitam os cientistas políticos Bennett e Segerberg (2012, p. 749),

[a] observação intrigante de Olson foi que, de fato, não se pode esperar que as pessoas ajam juntas apenas porque compartilham um problema ou objetivo comum. Ele sustentou que, em grandes grupos em que as contribuições individuais são menos perceptíveis, os indivíduos racionais se aproveitam dos esforços dos outros: é mais econômico não contribuir se você pode desfrutar do bem sem contribuir.

De fato, se levarmos em consideração a pertinência do “problema do carona”, cabe o questionamento a respeito da viabilidade da concretização de ações coletivas: como um determinado grupo, defensor de alguma causa específica, pode se manter ao longo do tempo? De que maneira as assimetrias em relação às contribuições individuais de membros do grupo podem ser abrandadas? Para Olson, a solução para esse problema está relacionada à possibilidade de uma organização contar com recursos que permitam a efetivação de incentivos individuais ou de mecanismos coercitivos que contribuam para que a participação individual seja menos custosa do que o aproveitamento dos esforços dos outros.

2.2 A Teoria do Processo Político (TPP)

A inspiração weberiana e a transposição do *homo economicus* para a esfera da ação coletiva, promovida pela TMR, provocaram uma série de reações e críticas que contribuíram para o desenvolvimento da Teoria do Processo Político (TPP). Os autores dessa corrente concordam com a TMR que “o grau em que um grupo é abastado ou bem-relacionado influencia as oportunidades que para ele se abrem” (Jasper, 2016, p. 50). Entretanto, diferentemente dela, a TPP dá um passo “para fora” das organizações e foca sua atenção nas *estruturas de oportunidades políticas* historicamente variáveis. Assim, o principal argumento desse tipo de abordagem sustenta que “as mudanças nas oportunidades e nas restrições políticas criam os incentivos mais importantes para iniciar novas fases de confronto” (Tarrow, 2009, p. 24). Inclusive, a noção de confronto é elencada como “conceito matricial” (Santos, 2012, p. 309) das formas diversas de ação coletiva.

Devido à valorização do fato de que “os movimentos sociais se desenvolvem dentro de limites colocados por estruturas prevalecentes de oportunidade política” (Tilly; Tarrow; McAdam, 2009, p. 26), a TPP aproxima o estudo da ação coletiva de um caráter fortemente institucionalista orientado pelos fenômenos políticos *macroestruturais* e pelo papel central do Estado. Posteriormente, na década de 1990, tais autores empreendem um verdadeiro “giro relacional” (Bringel, 2012, p. 49) em suas pesquisas. Por meio da elaboração do projeto coletivo da *Contentious Politics*, “fruto de uma autocrítica teórica dos principais autores da TPP” (Pereira, 2020, p. 4), os estudos sobre ação coletiva capitaneados por eles passam gradativamente a dedicar mais atenção à “constituição das cadeias de interdependência social” (Alonso, 2009, p. 73) que informam as mobilizações políticas.

Assim, Tarrow, Tilly e McAdam começam a investir na construção de uma “análise mais ampla da ação coletiva contestatória” (Bringel, 2012, p. 52), estendendo o leque de análise para conflitos políticos ocorridos também em espaços não institucionalizados (Alonso, 2009, p. 76). Dessa maneira, questões relacionadas à ação coletiva começam a figurar como dependentes de “entendimentos compartilhados, de densas redes sociais e estruturas conectivas” (Tarrow, 2009, p. 27), abrindo brechas para o estabelecimento de relações mais estreitas entre o arcabouço teórico da TPP e a dinâmica interna dos movimentos sociais, o que interessa particularmente para os intentos desse trabalho. Um conceito fundamental dessa corrente, que aponta em certa medida para os problemas internos da ação coletiva, pode ser encontrado na ideia de “repertório”, desenvolvida e mobilizada amplamente por Charles Tilly.

Segundo Alonso (2012), tal conceito passou por três fases de desenvolvimento. Em um primeiro momento, os “repertórios de ação coletiva” designavam um conjunto limitado de formas de ação política disponíveis para os atores sociais em um determinado período histórico, tais como greves, manifestações e petições. Essa formulação jogava luz sobre a existência de “padrões de ação coletiva compartilhados”, cujos surgimento e desenvolvimento se relacionavam estreitamente a transformações sócio-históricas abrangentes, como urbanização, industrialização, formação do Estado nacional, etc. (Alonso, 2012, p. 24). Posteriormente, em resposta às críticas que apontavam o caráter demasiadamente estruturalista do conceito, Tilly reformula a noção de “repertório”, agora denominado “repertório de confronto”, destacando a agência dos atores em conflito, que escolhem e adaptam as “rotinas” do repertório de acordo com as circunstâncias e as reações de seus oponentes (Alonso, 2012, p. 25).

Por fim, a partir dos anos 2000, Tilly integra ao conceito de repertório a noção de “performance”, buscando incorporar a dimensão dos significados e da interpretação individual na investigação sobre a dinâmica da ação coletiva (Alonso, 2012, p. 29). O repertório passa a ser visto como um conjunto de “performances” que, embora se baseiem em “roteiros/scripts” preexistentes, são sempre singulares e marcadas pela improvisação dos atores. Dessa maneira, tal noção aponta para as complexas relações existentes entre os contextos socioculturais, que tanto restringem quanto facilitam certas ações, e as capacidades de escolha e adaptação dos atores sociais, que tanto se conformam aos primeiros quanto os desafiam, em cada contexto de ação coletiva. Em uma revisão dos conceitos de repertórios, performances e escolhas táticas, Pereira e Silva (2020) mostram como os principais autores da TPP e de outras abordagens analíticas têm tentado construir abordagens que reconheçam a influência de fatores históricos e estruturais na conformação dos modos de ação coletiva disponíveis sem deixar de valorizar o papel fundamental dos significados, emoções, identidades e das capacidades de adaptação e de criatividade dos atores sociais em ações coletivas – ou seja, sem jogar para escanteio a “dimensão interna” da ação coletiva.

2.3 A Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS)

As críticas que motivaram tal “giro relacional” nos trabalhos dos autores da TPP vieram, em parte, das elaborações reflexivas da Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS). Emergente na década de 1980, tal abordagem se constitui a partir da observação dos protestos e manifestações coletivas que tomaram as ruas nesse período. Os chamados novos conflitos sociais teriam como característica basilar o fato de que

“um conjunto de posições de sujeito (a nível de local de residência, aparatos institucionais, várias formas de subordinação cultural, racial e sexual) tornaram-se pontos de conflito e mobilização política” (Laclau, 1986, p. 43).

Dessa maneira, os autores da TNMS argumentam, no geral, que tais conflitos evidenciam um deslocamento dos conflitos políticos do ambiente institucional para certas “áreas culturais”, afetando, por exemplo, “a identidade pessoal, o tempo e o espaço na vida cotidiana, a motivação e os padrões culturais da ação individual” (Melucci, 1989, p. 58). Assim, o diagnóstico social partilhado por eles sustenta que “os conflitos de classes não representam mais os instrumentos de mudanças históricas” (Touraine, 1989, p. 15), o que significa que o político deixa de ser uma esfera restrita da vida social, ligada sobretudo a ambientes institucionais, e se torna “uma dimensão presente [...] ao longo de toda a prática social” (Laclau, 1986, p. 42), sobretudo na esfera do cotidiano.

Por esses motivos, a TNMS concentra seus esforços reflexivos em torno da identidade, da busca pelo reconhecimento, da cultura, das relações sociais e do papel das emoções na sociedade (Bennett; Segerberg, 2012, p. 750; Galvão, 2008, p. 4). Partindo dessa perspectiva, os movimentos sociais são entendidos como “sistemas de ação que operam num campo sistêmico de possibilidades e limites” (Melucci, 1989, p. 52). Os militantes associados a eles não são categorizados como atores racionais que calculam objetivamente e de modo frequente custos e benefícios ou como indivíduos propelidos fundamentalmente por alterações significativas nas estruturas de oportunidades políticas, mas sim como sujeitos motivados fortemente pela “busca de solidariedade e identidade, que não são mensuráveis e não podem ser calculadas” (Melucci, 1989, p. 53). Segundo essa corrente, tais ativistas lutam por projetos simbólicos e culturais que possam orientar de modo distinto a ação social e alargar o campo de reconhecimento de identidades alternativas e marginalizadas, apontando para a necessidade de construção de “uma maneira diferente de nomear o mundo” (Melucci, 1989, p. 62).

Portanto, pela concentração na identidade coletiva e no papel da dimensão simbólica sobre a ação coletiva, assim como pela valorização dos processos integrativos e relacionais no que diz respeito à emergência e manutenção dos movimentos sociais, a TNMS também se aproxima significativamente do espaço e da dinâmica internas das manifestações coletivas. Em conjunto com os demais autores supracitados, percebe-se que, embora existam diferenças significativas entre elas, as teorias clássicas da ação coletiva fornecem importantes ferramentas teóricas e metodológicas para a elaboração de pesquisas cujo foco recaia sobre as dificuldades imanentes às tentativas de coordenação das ações humanas em torno de um determinado projeto coletivo. Tendo realizado um breve panorama do arcabouço conceitual básico desse campo de estudos, acredito que seja possível seguir o argumento do texto e introduzir a complementação teórica cujos aspectos particulares guardam o potencial de enriquecer analiticamente a agenda de pesquisa aqui esboçada.

3 A Sociologia Pragmática

Surgida na década de 1980 como parte das “novas sociologias” (Vandenberghe; Véran, 2016), a sociologia pragmática se insere em um conjunto de correntes, emergentes nesse momento, que enxergam o mundo social fundamentalmente pelo ponto de vista da agência humana e dos sentidos mobilizados pelos atores sociais em situações

distintas (Dosse, 2018). Ao tomar “a situação [...], a ação presente em seu desenrolar” como aquilo que “constitui o material de base de suas investigações” (Barthe *et al.*, 2016, p. 91), tal abordagem “empurra” o pêndulo da teoria social “do estruturalismo e da crítica da dominação para o pragmatismo, a fenomenologia e a hermenêutica da interpretação” (Vandenberghe, 2010, p. 87).

Em outros termos, isso significa que a sociologia pragmática – representada, principalmente, pela antropologia das ciências (Latour, Callon, etc.) e pela sociologia dos regimes de ação, cujos principais expoentes são Luc Boltanski e Laurent Thévenot (Barthe *et al.*, 2016, p. 86) – se constitui através da contraposição à chamada “sociologia crítica”, sobretudo em relação à vertente bourdieusiana. Para esses autores, as correntes clássicas da sociologia negligenciam o papel da consciência dos indivíduos, principalmente no que diz respeito às suas formas de compreensão e crítica da realidade social, e associam os elementos explicativos de processos e fenômenos sociais a “causas profundas que escapam à consciência” (Vandenberghe, 2010, p. 153). Dessa maneira, o único ator social capaz de dizer algo consistente sobre a verdadeira dinâmica da realidade social seria o investigador, responsável pelo trabalho de “desvelar” aspectos invisíveis ou inconscientes das relações sociais” (Nardacchione, 2017, p. 165).

Os sociólogos pragmáticos, por sua vez, buscam efetivar um movimento de simetria⁹ entre pesquisadores e leigos, uma vez que as competências comumente associadas à atividade científica (como a crítica, o julgamento, a investigação, a suspeita, etc.) não constituem monopólio do cientista – elas também são compartilhadas e mobilizadas pelos demais atores sociais em suas vidas cotidianas. Assim, os pragmatistas “buscam superar a oposição entre agência e estrutura por meio de uma análise construtivista da interação situada” (Vandenberghe, 2010, p. 88). Isso significa que, em tal arquitetura conceitual, a realidade social não aparece como uma totalidade opaca inacessível para a maior parte dos indivíduos, mas sim como um “emaranhado de relações e associações dinâmicas” (Corrêa, 2014, p. 39) e de situações recheadas de “rupturas, bifurcações, inovações e incertezas” (Corrêa; Dias, 2016, p. 70). Nesse sentido, o “social” emerge como um problema, como o elemento a ser explicado, e não como o recurso explicativo utilizado pela sociologia para desmistificar o mundo (Corrêa, 2014).

Por essa razão, os pesquisadores associados a tal corrente dedicam atenção especial aos “momentos críticos” (Boltanski; Thévenot, 1999) – isto é, às situações “de descontinuidade em uma rotina de não questionamento das ações no entorno” (Werneck, 2014, p. 36), nas quais os atores sociais envolvidos passam a agir sob “um imperativo de justificação” (Boltanski; Thévenot, 2020). Nesses momentos, os indivíduos recorrem a *gramáticas morais* distintas a fim de fundamentar seus posicionamentos e dar robustez às suas argumentações. Logo, se “uma crítica é um procedimento segundo o qual se aponta a falta de sentido de uma ação” (Werneck, 2014, p. 37), então os atores inseridos em tais situações cotidianas devem lançar mão de diferentes vocabulários de motivos (Mills, 2016) como forma de conferir legitimidade às suas ações.

⁹ Cabe destacar que, no campo da sociologia pragmática, há uma discussão sobre os graus distintos de simetria presentes nas obras de Latour e Callon (simetria generalizada), por um lado, e de Boltanski e Thévenot (simetria restrita), por outro. Para uma introdução a esse assunto, cf. Dosse (2018, p. 156-160). Para um aprofundamento do debate, cf. Guggenheim e Potthast (2012).

Segundo Daniel Cefaï (2009, p. 11), os desenvolvimentos teóricos da sociologia pragmática em torno do trabalho de modelização, clarificação e sistematização dos aspectos múltiplos da ação social permitem “reformular certo número de questões no âmbito da sociologia das mobilizações coletivas”. Nesse artigo, defendo que tais questões, cujos desdobramentos podem ser reformulados pela sociologia pragmática, dizem respeito fundamentalmente aos problemas internos à ação coletiva, como a crítica dos militantes à sua própria organização, a discussão de propostas e projetos políticos, a gestão de recursos (como tempo e dinheiro), entre outros. Para Cefaï (2009, p. 17), tal corrente se aproxima consideravelmente da definição dada por McAdam, Tarrow e Tilly de “política conflituosa” (*contentious politics*), uma vez que a vida social cotidiana “não para de se reconfigurar ao se confrontar com atos de resistência, protesto, [...] de denúncia e reivindicação, ou [...] de investigação, experimentação, cooperação e inovação”. Contudo, a despeito das possíveis afinidades entre ambas as correntes, “a sociologia dos movimentos sociais se manteve pouco receptiva” (Cefaï, 2009, p. 11) às contribuições teóricas e metodológicas das abordagens ligadas ao campo da sociologia pragmática.

De acordo com o breve panorama geral explicitado acima, os pesquisadores associados a essa linha compreendem a dinâmica da ação coletiva como “um processo de codefinição e de codomínio de situações problemáticas” (Cefaï, 2009, p. 16). Isso significa dizer que os movimentos sociais representam “uma arquitetura móvel de contextos de sentido” (Cefaï, 2009, p. 28), que, além de envolverem “formas complexas de cooperação, divisão do trabalho, tecnologias, regras e regulações” (Lorino, 2018, p. 140), também são constituídos por agenciamentos múltiplos e variados, que dizem respeito não só a pessoas, mas também a “objetos, ferramentas e falas, rituais e símbolos” (Cefaï, 2009, p. 22). Portanto, a função do sociólogo pragmático no contexto das ações coletivas é “seguir os atores o mais próximo possível de seu trabalho interpretativo” (Boltanski, 2016, p. 146) a fim de realizar “a explicitação e a descrição das competências cognitivas e reflexivas” (Corrêa; Dias, 2016, p. 70) por eles mobilizadas.

4 Possíveis Cruzamentos entre a Sociologia Pragmática e as Teorias Clássicas da Ação Coletiva

Seguindo o argumento de Cefaï (2009), acredito que os desdobramentos teóricos da sociologia pragmática guardam o potencial de enriquecer o quadro analítico dos estudos da ação coletiva. Sublinho que as razões para essa afirmação se devem a pelo menos quatro aspectos. Primeiramente, por se contrapor a perspectivas mais estruturalistas e se recusar a definir de antemão o que seria o social (Corrêa, 2021), tal abordagem endossa a valorização da dimensão da agência (humana e não humana), ressaltando as capacidades crítica e reflexiva dos atores sociais frente às condições estruturais em que suas ações se inserem. Em segundo lugar, ao adotar os “momentos críticos” como a porta de entrada para a análise da vida social, a sociologia pragmática pode direcionar o olhar do pesquisador para aqueles momentos em que as ações coletivas enfrentam conflitos e críticas internas (Hutchinson, 1999; Ghaziani; Kretschmer, 2018), saídas de militantes (Fillieule, 2003; Sawicki; Siméant, 2011), contendas com outros movimentos sociais, etc.

Em terceiro lugar, a ênfase sobre a dimensão *valorativa* da vida social aproxima a análise de uma investigação sobre as formas pelas quais os atores sociais mobilizam seu senso de justiça, tanto para problemas “fora” da ação coletiva quanto para as questões concernentes à sua dimensão interna. Por fim, por jogar luz sobre os *dispositivos*¹⁰, elementos que permitem a “ancoragem” de valores e lógicas morais na vida concreta, a sociologia pragmática propõe a investigação dos modos pelos quais elementos não humanos (como aplicativos, sistemas de distribuição de tarefas, agendas, atas de reunião, planilhas, etc.) comparecem na ação coletiva. Como esses aspectos podem se relacionar com as questões basilares das teorias clássicas discutidas anteriormente?

Primeiramente, as elaborações analíticas dos autores pragmatistas podem contribuir para a reformulação de alguns *insights* fundamentais da Teoria da Mobilização de Recursos. Como visto anteriormente, a TMR deslocou a ação coletiva do conjunto de “mobilizações irracionais” e significativamente influenciadas por conteúdos afetivos para o campo das práticas racionalizadas dos atores sociais. Se, por um lado, essa movimentação contribuiu para o estabelecimento de uma certa “dignidade epistemológica” da ação coletiva enquanto objeto de pesquisa, por outro, provocou uma completa tomada desse tema pela questão da orientação racional das ações sociais. Dessa maneira, os membros de movimentos sociais passaram de indivíduos irracionais, que reagem coletivamente a determinados “desajustes societários”, para legítimos *homines economici*, que integram a todo momento o seu engajamento às possibilidades de a organização maximizar seus interesses particulares.

Assim como as demais teorias apresentadas, a TMR se aproximou significativamente da formulação de alguns problemas internos da ação coletiva, sobretudo aqueles que dizem respeito às formas de organização de recursos como tempo e dinheiro. Como indicado anteriormente, a sociologia pragmática francesa enfatiza a dimensão valorativa da vida social, orientando uma série de discussões sobre valor e valorações (Porto; Werneck, 2021) – isto é, reflexões sobre como os atores sociais *dão valor* e disputam os valores (Stark, 2011) de ações, falas, posicionamentos, fenômenos sociais, situações cotidianas, etc. Como se apontou nos últimos parágrafos, a observação dos momentos críticos constitui uma das principais ferramentas metodológicas para o acesso não só aos valores orientadores das ações das pessoas, como também aos dispositivos (Dodier, 1995; Dodier; Barbot, 2017) por elas mobilizados para dar concretude a tais formas abstratas que embasam suas condutas.

Por essa concentração da sociologia pragmática sobre os “dispositivos [...] e circuitos operacionais” (Cefai, 2009, p. 22) mobilizados pelos atores a cada situação, acredito que tal corrente possa servir como um caminho profícuo para o tratamento da questão dos recursos na ação coletiva de maneira deslocada da orientação racionalista que embasa em larga medida as reflexões da TMR. Aproveitando simultaneamente os *insights* da TMR e o legado crítico da TPP e da TNMS, a proposta da sociologia pragmática de acompanhar os atores sociais “o mais próximo possível” de suas práticas permite a análise das formas pelas quais esses indivíduos exercem operações de arranjo dos recursos disponíveis nas mobilizações e quais *critérios valorativos* são mobilizados

¹⁰ Embora não se refiram apenas a coisas materiais, concretas – os *accounts* (Scott; Lyman, 2008) são bons exemplos de “dispositivos linguageiros” (Werneck, 2013) mobilizados pelos atores sociais para prestar contas de suas ações (Araujo, 2022) –, na discussão aqui apresentada os dispositivos constituem fundamentalmente *objetos*.

na elaboração desse trabalho de organização. De que maneira o dinheiro é *valorado* dentro de uma organização política? Como são feitas as escolhas de direcionamento desse recurso? Como a disponibilidade e a indisponibilidade de certos militantes são *organizadas* em uma ação coletiva diante de seus objetivos? Os possíveis conflitos existentes em torno do direcionamento e da circulação desses recursos dentro das organizações coletivas (quem administra os recursos, como eles são geridos, para onde eles são conduzidos, etc.) figuram como espaços importantes para o desenvolvimento de considerações a respeito da dinâmica interna da ação coletiva.

Em segundo lugar, a sociologia pragmática também contribui para uma complexificação de algumas noções centrais desenvolvidas pela Teoria do Processo Político. Nos trabalhos de McAdam, Tilly e Tarrow encontra-se a formulação de uma abordagem crítica dos movimentos sociais, afastada em relação à forte influência da microeconomia sobre a TMR, que busca observar atentamente as estruturas de restrição e oportunidades políticas variáveis em relação aos contextos nacionais e a cada período histórico específico. Dessa maneira, a TPP fornece ferramentas analíticas e metodológicas que permitem ao pesquisador apurar atentamente elementos “externos” à ação coletiva. Longe de descartar essa teoria, acredito que o aproveitamento das reflexões “macroestruturais” da TPP por parte das elaborações “microsociológicas” da sociologia pragmática carrega um potencial interessante de fortalecimento da proposta de pesquisa sugerida¹¹.

Em boa parte de suas pesquisas, os(as) sociólogos(as) alinhados a tal corrente qualificam o nível “micro” da realidade social como “o plano em que [...] o próprio nível ‘macro’ é concretizado, realizado e objetivado através das práticas, dos dispositivos e das instituições” (Barthe *et al.*, 2016, p. 88). Assim, os autores dessa corrente buscam reenquadrar noções como “estrutura de oportunidades políticas” a partir “do ponto de vista dos atores, se assegurando de que possuem pertinência em seus contextos de experiência” (Cefaï, 2009, p. 28). Dessa maneira, o encontro entre a sociologia pragmática e algumas discussões básicas da TPP, orientado pela proposta de investigação dos problemas internos da ação coletiva, abre brechas para a análise das maneiras pelas quais os militantes de movimentos sociais *dão valor e atribuem sentido* às movimentações políticas institucionais e às mudanças de conjuntura em seu cotidiano dentro das organizações. De que maneira a eleição ou reeleição de um candidato afeta os problemas internos de uma ação coletiva? Como a percepção da sociedade a respeito de determinadas propostas (como a Reforma da Previdência, por exemplo) afeta os projetos e ações políticas de uma dada organização? Tal caminho permitiria o exame apurado de como as questões “macroestruturais” são traduzidas no “chão” da ação coletiva. Além disso, a valorização dos “enquadramentos interpretativos” na TPP, promovida a partir do “giro relacional” supracitado, também dialoga bastante com a concentração, empreendida pela sociologia pragmática, sobre as modalidades de engajamento (Thévenot, 2016) – isto é, sobre as formas de relação estabelecidas pelos atores entre eles e o seu entorno¹².

¹¹ Com isso, não pretendo defender o argumento que associa a sociologia pragmática *exclusivamente* a estudos microsociológicos. Como é possível observar em pesquisas de vários autores (Chateauraynaud, 2019; Freire, 2016; Mota, 2009), tal corrente não se dedica apenas ao estudo de situações de escala reduzida, mas também a processos históricos abrangentes e de longa duração, assim como problemas públicos.

¹² Para uma explicação mais detalhada e para a mobilização da noção de regimes de engajamento em uma pesquisa empírica, cf. Mota (2009) e Ferreira (2023, 2024b, 2024c).

Por último, os desenvolvimentos teóricos dos autores pragmatistas possibilitam um aprofundamento reflexivo dos *insights* formulados pela Teoria dos Novos Movimentos Sociais. Ao enfatizar a dimensão simbólica, as “matrizes discursivas” e o papel da afetividade¹³ na ação coletiva, as ferramentas analíticas dessa corrente se aproximam dos processos integrativos e relacionais operantes no espaço interno da sociabilidade das organizações. Nesse sentido, em relação às demais conexões, as aproximações entre a TNMS e a sociologia pragmática aparecem como associações mais “diretas”. Assim, entendo que a orientação *etnográfica*, comumente mobilizada pelo pesquisador pragmatista para “descrever a ação e cartografar as diferentes posições assumidas pelos atores em disputas e controvérsias” (Corrêa; Dias, 2016, p. 70), pode enriquecer a compreensão dos movimentos sociais como “sistemas de ação” (Melucci, 1989, p. 52).

Seguindo esse raciocínio, a sociologia pragmática também permite pensar a capilarização do confronto e da política “ao longo de toda a prática social” (Laclau, 1986, p. 42), uma vez que reconhece que “as fronteiras do que é ‘político’ e do que não é são incessantemente deslocadas” (Cefaï, 2009, p. 7) pelas operações críticas dos atores sociais. Por recusar definir de antemão as categorias estudadas – como “justiça” (Boltanski; Thévenot, 2020), “ciência” (Latour, 2011), “realidade” (Chateauraynaud, 2022), entre outras – a fim de investigar como as pessoas as mobilizam, a sociologia pragmática também abre a possibilidade de uma agenda de pesquisa dedicada à investigação de como atores sociais, em situações de ação coletiva como partidos políticos e movimentos sociais, definem o que é “política” e efetivam suas condutas de acordo com tal definição (Werneck, 2021).

Junto com a proposta aqui esboçada, poderíamos pensar em alargar essa ideia para uma análise das possíveis relações existentes entre formas de organização e entendimentos compartilhados sobre o que é política. De que maneira os modos como um coletivo lida com o dinheiro e o tempo dos militantes, por exemplo, informam as suas definições sobre “fazer política”¹⁴? As formas de organização interna e as definições de política são conflitantes ou convergentes? Em que momento convergem e em que momento divergem? Acredito que essas poderiam ser algumas perguntas iniciais orientadoras de uma proposta como essa.

5 Considerações Finais

No texto presente, empreendeu-se uma tentativa de amarração teórica entre abordagens distintas do campo da teoria social e dos estudos da ação coletiva a fim de sustentar e dar robustez a uma agenda de pesquisa voltada para a investigação dos problemas internos da ação coletiva. Dessa maneira, o argumento principal do trabalho considera que, embora as teorias clássicas da ação coletiva já forneçam instrumentos

¹³ Apesar de não ser explorada nesse texto, a questão da afetividade não passa despercebida pela sociologia pragmática da ação coletiva. Como indica Cefaï (2009, p. 29), “A afetividade não é um tema entre outros. Ela é o que faz com que haja experiência, tanto perceptiva quanto cognitiva ou moral. Não é uma coloração de estados de fato ou de estados de consciência. Ela é o que garante nosso contato com os outros e com as coisas, e o que mantém unidas as situações nos situando nelas. A ação coletiva não está toda no agir, mas também no sofrer e no compartilhar”. Para uma pesquisa pragmatista recente sobre o papel das emoções na vida social, cf. Talone (2023).

¹⁴ Ao que parece, questões como essa têm sido debatidas no interessante projeto Espaço Comum de Organizações (ECO), capitaneado pelo Instituto Alameda e pelo Subconjunto de Prática Teórica. Para mais informações, conferir: <https://www.espacocomum.org/>.

analíticos relevantes para o exame crítico de diferentes dimensões das manifestações coletivas, a mobilização do enquadramento teórico da sociologia pragmática, junto com os arranjos conceituais da TMR, da TPP e da TNMS, carrega o potencial de enriquecer – isto é, de tornar mais consistente, plural e diversificado – o arcabouço analítico para a efetivação da pesquisa pretendida. Isso ocorre não pelo simples acréscimo de mais uma teoria à nossa “caixa de ferramentas”, mas sim pelo fato de que a sociologia pragmática tem desenvolvido nas últimas décadas uma série de instrumentos teóricos e metodológicos que contribuem tanto para a complexificação dos estudos sobre a ação social quanto para uma revalorização da dimensão moral e dos dispositivos mobilizados situacionalmente na vida cotidiana.

Evidentemente, reconheço que, assim como as demais teorias, a sociologia pragmática também apresenta algumas limitações para a proposta aqui esboçada. Como mostram Celikates (2018) e Atkinson (2020), apesar de reconhecer que os agentes exercem suas capacidades reflexivas em contextos sociais específicos, tal abordagem não trata substantivamente das condições sociais que podem obstruir (ou facilitar) o desenvolvimento e o exercício dessas capacidades. Diante de um contexto social de aprofundamento das desigualdades e precarização das condições de reprodução social tanto nos países do centro do capitalismo como naqueles periféricos (Canettieri, 2020), como organizações políticas com poucos recursos financeiros têm se mobilizado (Paraná; Tupinambá, 2022; Ferreira, 2024a)? Como tal contexto interfere na sua dimensão interna e no engajamento de seus militantes? Acredito que, para trabalhar devidamente questões como essas, por exemplo, seria necessária uma complementação teórica entre abordagens mais estruturalistas/institucionalistas e abordagens mais valorizadoras da agência humana e não humana.

Por fim, convém ressaltar que a agenda de pesquisa aqui apresentada se basearia tanto na realização de entrevistas semiestruturadas quanto na operacionalização de observação participante, o que demandaria certamente uma imersão do investigador nos objetos de pesquisa escolhidos. Não é difícil imaginar que essa tentativa de acompanhar *por dentro* a ação coletiva possa suscitar alguns impasses para a concretização da pesquisa. A questão da confidencialidade – isto é, a possibilidade de que determinadas organizações políticas trabalhem cotidianamente orientadas por uma certa “economização” de informações internas –, por exemplo, aparece como um elemento que coloca certas barreiras para a análise dos problemas internos desses objetos. Além disso, vale se questionar a respeito das reais possibilidades de que um pesquisador vindo de “fora” consiga efetivamente *fazer parte* de um movimento social. Contudo, mesmo com esses possíveis impasses, aposto que as reflexões teóricas desenvolvidas ao longo do texto forneçam caminhos profícuos para aqueles que decidirem se engajar na investigação dos aspectos que formam o lado *de dentro* da ação coletiva. Portanto, o desenvolvimento de estudos empíricos sobre ação coletiva, algo com que pretendo me engajar em um futuro próximo, cumpre um papel fundamental na avaliação da pertinência dos cruzamentos teóricos aqui sugeridos.

Referências

- ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009.
- ALONSO, Angela. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 21-41, 2012.
- ANDION, Carolina; RONCONI, Luciana; LIMA, Rubens; RIBEIRO, Aghata; BRUM, Lilian. Sociedade civil e inovação social na esfera pública: uma perspectiva pragmatista. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 51, n. 3, p. 369-387, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-7612143195>.
- ARAUJO, Marcela. As prestações de conta de um pequeno negócio. *Política e Trabalho*, João Pessoa, n. 56, p. 86-101, 2022. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1517-5901.2022v1n56.60843>.
- ATKINSON, Will. Luc Boltanski's pragmatic sociology: a Bourdieusian critique. *European Journal of Social Theory*, London, v. 23, n. 3, p. 310-327, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1177/1368431019855004>.
- BAERT, Patrick; SILVA, Felipe da. *Teoria social contemporânea*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2023.
- BARTHE, Yannick; RÉMY, Catherine; TROM, Danny; LINHARDT, Dominique; BLIC, Damien de; HEURTIN, Jean-Philippe; LAGNEAU, Éric; BÉLLAING, Cédric Moreau de; LEMIEUX, Cyril. Sociologia pragmática: guia do usuário. *Revista Sociologias*, Bento Gonçalves, v. 18, n. 41, p. 84-129, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/15174522-018004104>.
- BENNETT, Lance; SEGERBERG, Alexandra. The logic of connective action. *Information, Communication & Society*, London, v. 15, n. 5, p. 739-768, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1080/1369118X.2012.670661>.
- BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. The sociology of critical capacity. *European Journal of Social Theory*, Sussex, v. 2, n. 3, p. 359-377, 1999. DOI: <https://doi.org/10.1177/136843199002003010>.
- BOLTANSKI, Luc. Sociologia crítica e sociologia da crítica. In: VANDENBERGHE, Frédéric; VÉRAN, Jean-François (org.). *Além do habitus: teoria social pós-bourdieusiana*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2016. p. 129-155.
- BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. *A justificação: sobre as economias da grandeza*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2020.
- BRINGEL, Breno. Com, contra e para além de Charles Tilly: mudanças teóricas no estudo das ações coletivas e dos movimentos sociais. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 43-67, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/2238-38752012v233>.
- CANETTI, Thiago. *A condição periférica*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2020.
- CASTRO, Camila. A disputa pública em torno da definição de um marco legal para regularização fundiária. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 67, n. 3, p. 1-38, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/dados.2024.67.3.327>.
- CEFAÏ, Daniel. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. *Revista Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 11-48, 2009. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7163>. Acesso em: 15 mar. 2024.
- CELIKATES, Robin. *Critique as social practice: critical theory and social self-understanding*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2018.
- CHATEAURAYNAUD, Francis. Pragmática das Transformações e Sociologia das Controvérsias: lógicas de investigação em face do tempo longo dos processos (Parte 1). *Blog do Labemus*, [s. l.], 3 jun. 2019. Disponível em: <https://blogdolabemus.com/2019/06/03/pragmatica-das-transformacoes-e-sociologia-das-controversias-logicas-de-investigacao-em-face-do-tempo-longo-dos-processos-parte-1-por-francis-chateauraynaud/>. Acesso em: 15 mar. 2024.
- CHATEAURAYNAUD, Francis. Des expériences ordinaires aux processus critiques non-linéaires. *Pragmata*, Nancy, n. 5, p. 18-92, 2022.
- CORRÊA, Diego. *Sociologia francesa contemporânea: elementos para a análise de um grupo circunstancial*. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

- CORRÊA, Diego. Do problema do social ao social como problema: elementos para uma leitura da sociologia pragmática francesa. *Revista de Ciências Sociais*, Benfca, v. 40, p. 35-62, 2014.
- CORRÊA, Diego; DIAS, Rodrigo. Crítica e os momentos críticos: *De la justification* e a guinada pragmática na sociologia francesa. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 67-99, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-93132016v22n1p067>.
- CORRÊA, Diego. Novos rumos da teoria social a partir de três gestos da sociologia pragmática. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 36, n. 105, p. 1-19, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/3610505/2020>.
- DODIER, Nicolas. The conventional foundations of action: elements of a sociological pragmatics. *Réseaux*, Lyon, v. 3, n. 2, p. 145-166, 1995. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/reso_0969-9864_1995_num_3_2_3294. Acesso em: 15 mar. 2024.
- DODIER, Nicolas.; BARBOT, Janine. A força dos dispositivos. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 32, n. 2, p. 487-518, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0102-69922017.3202010>.
- DOSSE, François. *O império do sentido: a humanização das ciências humanas*. São Paulo: Editora Unesp, 2018.
- FERNANDES, Marina. O giro relacional da ação coletiva: contribuições do pragmatismo clássico aos estudos sobre as relações estado-sociedade no Brasil. *Mediações*, Londrina, v. 28, n. 2, p. 1-18, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2023v28n2e47024>.
- FERREIRA, Victor. Entre arestas: repensando desafios contemporâneos para a ação coletiva em contexto de periferização do mundo. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 38, n. 2, p. 1-6, 2024a. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-20233802e49673>.
- FERREIRA, Victor. *Espaços, rotinas e relações: um estudo sociológico sobre ação de organizar a partir da análise da atividade de “personal organizers”*. 2023. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.
- FERREIRA, Victor. Organizing life: a sociological study on the action of organizing from the activity of “personal organizers”. *New Sociological Perspectives*, London, v. 4, n. 1, p. 30-44, 2024b. <https://nsp.lse.ac.uk/articles/173>. Acesso em: 15 mar. 2024.
- FERREIRA, Victor. Tornando a organização um dispositivo maximizador de bem: um estudo sociológico sobre a construção moral do mercado de organização no Brasil. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 1-30, 2024c. DOI: <https://doi.org/10.4322/dilemas.v17.n3.60298>.
- FILLIEULE, Olivier. Devenirs militants. *Sciences Humaines*, Auxerre, v. 144, n. 12, p. 1-7, 2003. Disponível em: https://www.scienceshumaines.com/devenirs-militants_fr_3658.html. Acesso em: 15 mar. 2024.
- FREIRE, Jussara. *Problemas públicos e mobilizações coletivas em Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2016.
- FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização (1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- FREUD, Sigmund. *Obras completas: psicologia das massas e análise do Eu e outros textos: (1920-1923)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- GALVÃO, Andréia. O marxismo importa na análise dos movimentos sociais? In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS, 2008, Caxambu. *Anais [...]*. Caxambu: ANPOCS, 2008. v. 32.
- GHAZIANI, Amin; KRETSCHMER, Kelsy. Infighting and insurrection. In: SNOW, David *et al.* (ed.). *The Wiley Blackwell companion to social movements*. 2. ed. New York: John Wiley & Sons, 2018. p. 220-235.
- GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- GUGGENHEIM, Michael; POTTHAST, Jorg. Symmetrical twins: on the relationship between actor-network theory and the sociology of critical capacities. *European Journal of Social Theory*, London, v. 15, n. 2, p. 157-178, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1177/1368431011423601>.
- HARVEY, David; DAVIS, Mike; ZIZEK, Slavoj; ALI, Tariq; SAFATLE, Vladimir. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.
- HUTCHINSON, Darren. Beyond the rhetoric of “Dirty Laundry”: examining the value of internal criticism within progressive social movements and oppressed communities. *Michigan*

- Journal of Race & Law*, Michigan, n. 5, p. 185-199, 1999. Disponível em: <http://scholarship.law.ufl.edu/facultypub/389>. Acesso em: 8 mar. 2024.
- JASPER, James. *Protesto: uma introdução aos movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.
- LACLAU, Ernesto. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 41-48, 1986.
- LATOURE, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. 2. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.
- LEMIEUX, Cyril. *La sociologie pragmatique*. Paris: La Découverte, 2018.
- LORINO, Filipe. *Pragmatism and organization studies*. Oxford: Oxford University Press, 2018.
- MCCARTHY, John; ZALD, Mayer. Resource mobilization and social movements: a partial theory. *The American Journal of Sociology*, Chicago, v. 82, n. 6, p. 1212-1241, 1977.
- MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? *Lua Nova*, São Paulo, v. 17, p. 49-66, 1989. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451989000200004>
- MILLS, Charles Wright. Ações situadas e vocabulários de motivos. *RBSE*, João Pessoa, v. 15, n. 44, p. 10-20, 2016.
- MOTA, Fabio. Manda quem pode e obedece quem tem juízo? Uma reflexão antropológica sobre disputas e conflitos nos espaços públicos brasileiro e francês. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 107-127, 2009.
- NARDACCHIONE, Gabriel. Sociologías pragmáticas y pragmatistas: contextualización académico-conceptual para una deriva en proceso. *Revista de La Carrera de Sociología*, Santiago del Estero, v. 7, p. 158-178, 2017.
- OLSON, Mancur. *A lógica da ação coletiva*. São Paulo: Edusp, 2015.
- PARANÁ, Edemilson; TUPINAMBÁ, Gabriel. *Arquitetura de arestas: as esquerdas em tempos de periferização do mundo*. São Paulo: Autonomia Literária, 2022.
- PEREIRA, Matheus. As leituras elementares da vida acadêmica: movimentos sociais. *Blog do Labemus*, [S. l.], 9 mar. 2020. Disponível em: <https://blogdolabemus.com/2020/03/09/as-leituras-elementares-da-vida-academica-1-movimentos-sociais/>. Acesso em: 15 mar. 2024.
- PEREIRA, Matheus.; SILVA, Camila. Movimentos sociais em ação: repertórios, escolhas táticas e performances. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 615-645, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/2238-38752020v10i212>.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana. *Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual*. São Paulo: Editora Planeta, 2019.
- POLLETTA, Francesca. *Freedom is an endless meeting: democracy in American social movements*. Chicago: The University of Chicago Press, 2002.
- POLLETTA, Francesca. *It was like a fever: storytelling in protest and politics*. Chicago: The University of Chicago Press, 2006.
- POLLETTA, Francesca. *Inventing the ties that bind: imagined relationships in moral and political life*. Chicago: The University of Chicago Press, 2020.
- PORTO, Camille; WERNECK, Alexandre. O valor de uma existência: uma análise pragmática de valorizações da vida humana em situações envolvendo dinheiro. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 36, n. 2, p. 563-589, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202136020009>.
- SANTOS, Rodrigo Salles Pereira dos. O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 309-315, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/2238-38752012v2313>.
- SAWICKI, Frédéric; SIMÉANT, Johanna. Inventário da sociologia do engajamento militante: nota crítica sobre algumas tendências recentes dos trabalhos franceses. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 13, n. 28, p. 200-255, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222011000300008>.
- SCOTT, Marvin; LYMAN, Stanford. Accounts. *Dilemas*, Rio de Janeiro, p. 139-172, 2008. DOI: <https://doi.org/10.2307/2092239>.
- SECCO, Lincoln. *História do PT*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.

- SHALIN, Dmitri. Pragmatism and social interactionism. *American Sociological Review*, [s. l.], v. 51, n. 1, p. 9-29, 1986. DOI 10.2307/2095475.
- SHALIN, Dmitri. The pragmatic origins of symbolic interactionism and the crisis of classical science. *Studies in Symbolic Interaction*, Bingley, v. 12, p. 223-251, 1991.
- SILVA, Marcelo; COTANDA, Fernando.; PEREIRA, Matheus. Interpretação e ação coletiva: o “enquadramento interpretativo” no estudo de movimentos sociais. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 25, n. 61, p. 143-164, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-987317256102>.
- SMELSER, Neil. *Teoría del comportamiento colectivo*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1995.
- STARK, David. *The sense of dissonance*. Princeton: Princeton University Press, 2011.
- STENGERS, I. *No tempo das catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.
- TALONE, Vittorio. *A força da memória: lembranças de situações de ferimento, tensão e morte*. Rio de Janeiro: Mórula, 2023.
- TARROW, Sidney. *O poder em movimento*. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.
- THÉVENOT, Laurent. *La acción en plural: una introducción a la sociología pragmática*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2016.
- TILLY, Charles; TARROW, Sidney; MCADAM, Doug. Para mapear o confronto político. *Lua Nova*, São Paulo, v. 76, p. 11-48, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452009000100002>.
- TOURAINÉ, Alain. Os novos conflitos sociais: para evitar mal-entendidos. *Lua Nova*, São Paulo, v. 17, p. 5-18, 1989. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-6445198900020000>.
- VANDENBERGHE, Frédéric. *Teoria social realista*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- VANDENBERGHE, Frédéric; VÉRAN, Jean (org.). *Além do habitus: teoria social pós-bourdiesiana*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2016.
- WERNECK, Alexandre. Sociologia da moral como sociologia da agência. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, João Pessoa, v. 12, n. 36, p. 707-726, 2013.
- WERNECK, Alexandre. Sociologia da moral, agência social e criatividade. In: WERNECK, A.; OLIVEIRA, Luis Cardoso de (org.). *Pensando bem: estudos de sociologia e antropologia da moral*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014. p. 21-44.
- WERNECK, Alexandre. Para uma sociologia pragmática da moral da política: crítica, “bem de todos”/“bem comum” e “comparecimento”. *Revista Política e Trabalho*, João Pessoa, n. 55, p. 113-128, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1517-5901.2021v1n55.60460>.

*Minicurrículo do Autor:

Victor Pimentel Ferreira. Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2023). Doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: victor.pimentelferreira@gmail.com.

Avaliador 1: Alexandre Perez Fernandes , [Parecer 1](#);
Avaliador 3: Matheus Mazzilli Pereira , [Parecer 3](#);
Editor de Seção: Editor: Elton R. Corbanezi .